

FABIANA SPAT

**FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIAO DA
FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE DO SUL: MUNICÍPIO DE ALEGRETE**

CURITIBA
2007

FABIANA SPAT

**FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO DA
FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE DO SUL: MUNICÍPIO DE ALEGRETE**

Monografia apresentada para a obtenção do título de Especialista em Extensão Rural no Curso de Pós-Graduação em Educação do Campo e Agricultura Familiar Camponesa, Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná.

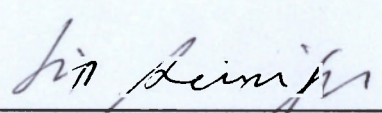
Orientadora: Prof.^a Dr^a. Lia Rejane Silveira Reiniger

CURITIBA
2007

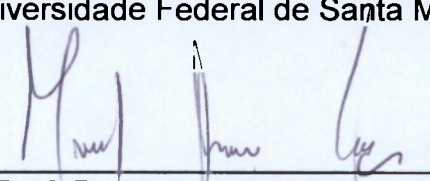
FABIANA SPAT

**FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA REGIÃO DA
FRONTEIRA OESTE DO RIO GRANDE DO SUL: MUNICÍPIO DE ALEGRETE**

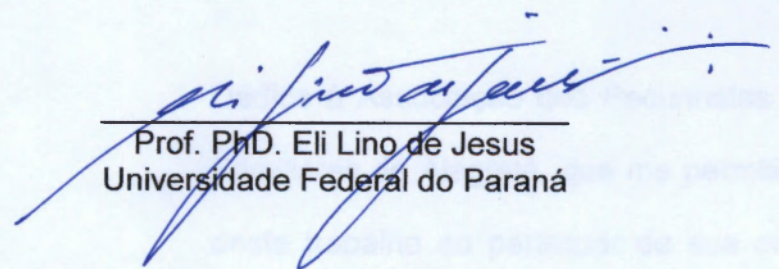
Monografia apresentada em Santa Maria, dia 25 de Maio de 2007.



Prof(a) Dra. Lia Rejane Siveira Reiniger
Universidade Federal de Santa Maria



Prof. Dr. Manoel Flores Lesama
Universidade Federal do Paraná



Prof. PhD. Eli Lino de Jesus
Universidade Federal do Paraná

CURITIBA
2007

Dedico à Associação dos Pecuaristas e Agricultores Familiares de Alegrete, que me permitiu a realização deste trabalho ao participar de sua organização e, desta maneira, abriu os caminhos para que eu pudesse aproximar-me das demais entidades de agricultores e pecuaristas familiares.

AGRADECIMENTOS

A todos os agricultores familiares que se dispuseram a colaborar e relembrar um pouco de suas histórias, contribuindo para este trabalho.

Ao Projeto Esperança, pela oportunidade de realizar este Curso no município de Alegrete e pela confiança depositada.

Meu especial agradecimento a todas as pessoas que colaboraram nesta pesquisa.

A Diego, meu marido e companheiro,
pelo incentivo em empreender esta jornada.

Ao meu filho, que está por nascer, que mesmo sem saber permitiu que as viagens e estadas fossem tranquilas.

A professora Lia, pelo acompanhamento e revisão do estudo, e, também, pela amizade estabelecida.

Ao professor Paulo Silveira que, com sua experiência, colaborou na orientação do trabalho.

O verdadeiro grupo de Cooperação Agrícola, além de
produzir com mais eficiência, reeduca as pessoas,
faz crescer a consciência política, leva os
trabalhadores a se assumirem como classe e iniciar a
viver, já, um jeito novo de sociedade.

Jurandir Zamberlam e Alceu Francheti

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	07
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	08
RESUMO.....	09
INTRODUÇÃO.....	10
METODOLOGIA.....	12
1 - A AGRICULTURA FAMILIAR.....	14
1.1 Formação Histórica da Agricultura Familiar no Brasil.....	14
1.1.1 Importância sócio-econômica e os desafios da agricultura familiar.....	17
1.2 Contextualizando a Agricultura no Município de Alegrete.....	21
1.2.1 Localização e população rural do município de Alegrete.....	21
1.2.2 Processo de colonização do município de Alegrete.....	22
1.2.3 Uso do solo e produção agropecuária na agricultura familiar em Alegrete.....	23
1.2.4 As características da agricultura familiar em Alegrete.....	25
2 – A ORGANIZAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES EM ALEGRETE.....	27
2.1 As Formas de Organização da Agricultura Familiar em Alegrete.....	27
2.1.1 A associação dos pecuaristas e agricultores familiares.....	29
2.1.2 A cooperativa dos produtores de leite.....	33
2.1.3 A associação dos pequenos produtores de hortifrutigranjeiros.....	37
2.2 O Capital Social como Fator Viável ao Associativismo.....	40
3 - ENTIDADES “APOIADORAS” DA AGRICULTURA FAMILIAR EM ALEGRETE...	42
3.1 Outras Formas de Apoio à Organização dos Agricultores, Será que Elas Desempenharam e Desempenham sua Função?.....	42
3.1.1 A igreja católica.....	42
3.1.2 A Prefeitura municipal de Alegrete – a secretaria de agricultura.....	43
3.1.3 O sindicato dos trabalhadores rurais.....	45
3.2 Um Balanço do Processo de Organização em Alegrete.....	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS.....	55
ANEXOS.....	57

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1 - Número de estabelecimentos e área do município de Alegrete-	
1996.....	22
Tabela 2 – Evolução da atividade leiteira em Alegrete.....	36
Tabela 3 – Produção de leite e sua distribuição.....	36

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APAFA	Associação dos Pecuaristas e Agricultores Familiares de Alegrete
APPHA	Associação dos Pequenos Produtores de Hortifrutigranjeiros de Alegrete
CEB's	Comunidades Eclesiais de Base
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPROLA	Cooperativa dos Produtores de Leite de Alegrete
COORLAC	Cooperativa Riograndense de Laticínios e Correlatos
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DNTR	Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais
EMATER	Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FETRAF	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar
STRs	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
ULA	União dos Leiteiros de Alegrete
VBP	Valor Bruto de Produção

RESUMO

Foi realizado um estudo sobre as formas de organização da agricultura familiar na região da fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul, no município de Alegrete, caracterizado pela predominância de áreas de latifúndio. O trabalho teve o objetivo de levantar as relações entre os associados das organizações, quais seus principais entraves, como procuram soluções e se há a contribuição das entidades sociais para o seu desenvolvimento. Discorreu sobre relevantes contribuições de autores à questão do associativismo, do desenvolvimento local, da formação e da importância da agricultura familiar e das entidades sociais que, no Brasil, de um modo geral, contribuíram muito na organização e na luta dos agricultores familiares, porém priorizou o resultado da pesquisa de campo que dá enfoque à opinião e ao relato de agricultores que participam de organizações e a representantes das demais entidades sociais. Finalmente, considerou as organizações de agricultores familiares de Alegrete que não conquistaram as características específicas do capital social, como a confiança e a união. Isto também é devido ao fato de que as entidades sociais ditas apoiadoras não desempenharam sua função. Assim, sem união entre estes dois lados, a agricultura familiar continua excluída.

Palavras-chaves: entidades sociais, união, associativismo.

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar, nas últimas décadas, destacou-se por sua forma de conquistar espaços e políticas. Em tempos passados não havia sequer consideração por esta categoria, sendo caracterizado apenas como – pequeno produtor – e quase sempre excluído dos debates, pois a definição se resumia ao volume de produção ou ao tamanho da terra, sendo um conceito insuficiente para definir o agricultor familiar.

A partir dos anos 80, a agricultura familiar se fortaleceu e passou a se organizar mais ainda, criando nessa década mais associações, cooperativas, grupos de ajuda. Em dimensões regionais e municipais passou a discutir sua importância tanto no meio social como no econômico e descobriu que só teria voz se estivesse unida para ser mais forte e, assim, começou a conquistar mais espaços nas decisões políticas.

Dentro desse contexto, justifica-se a realização do presente trabalho, que tem como objetivo principal estudar as formas de organização da agricultura familiar na região fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul, em Alegrete; município de maior extensão do estado, e, também, a contribuição das demais entidades sociais para esta organização.

O município foi escolhido em função de sua área rural ser ocupada, simultaneamente, por fazendas de grande extensão e com áreas menores que apresentam um número significativo de famílias que estão próximas ou na linha da pobreza, as quais não são citadas e lembradas em documentos e programas dos governos municipais, estaduais e federais.

Este grupo de agricultores apresenta características e comportamentos semelhantes aos agricultores familiares existentes em outras regiões do estado e do país. Entretanto, não são vistos como agricultores familiares de forma tradicional, pois a maioria se dedica à pecuária de corte, atividade identificada como da grande propriedade. Esta falta de identificação com a agricultura familiar e a pouca representatividade política faz com que, apesar de significativos em número, não sejam reconhecidos pelas entidades representativas da sociedade rural do Rio Grande do Sul e pelos governos (Ribeiro, 2003).

Esta situação de desigualdades conduz ao questionamento: como estes agricultores se reproduzem, se estão cercados por latifúndios? Estão organizados? Quem os apóia?

Neste trabalho inicialmente serão abordadas a formação e a importância da agricultura familiar, principalmente da região sul do Brasil; e contextualizando-a em Alegrete, situando o município, sua colonização e o uso do solo.

Prosseguindo, são apontadas as formas de organização familiar estudadas, quais suas percepções em relação ao grupo e as entidades sociais locais, como estão vivendo e que tipo de mudanças deveriam ocorrer para se estabelecer um projeto de desenvolvimento local e ainda é destacado a importância do capital social para viabilizar o associativismo.

Será efetuado um balanço do processo de organização dos agricultores familiares de Alegrete e como as entidades sociais estudadas neste trabalho têm atuado na promoção e organização destes agricultores, que acreditam que seu trabalho e produção possuem grande valor social e econômico para o município.

Para concluir, serão efetuadas algumas considerações sobre o estudo realizado, e sugeridas propostas para novos estudos.

METODOLOGIA

O presente estudo foi realizado partindo-se do levantamento de dados de cinco organizações existentes, formadas por agricultores familiares; dentre estas, três foram escolhidas para serem estudadas. A escolha deu-se pelo grau de importância que as mesmas possuem na geração da renda familiar e pela importância que possuem no município, mas que não é reconhecida.

Os dados levantados sobre estas organizações ocorreram a partir do diálogo estabelecido; através de questionamentos que orientaram as conversas com os agricultores que nelas participam, e aqui aparecem em forma de relato dos mesmos e também na forma descrita. Os agricultores familiares foram visitados em suas unidades familiares e em reuniões da organização, em que se buscou saber quais entidades os apóiam para se fortalecerem como categoria, qual a relação entre os agricultores dentro de sua organização, quem contribuiu na formação da mesma.

Foram procurados, também, as entidades sociais que, de um modo geral no Brasil contribuíram muito na organização dos agricultores familiares, como a Igreja Católica, através de seus movimentos, o Sindicato de Agricultores e a Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Agricultura. Por meio de conversas e questionamentos com representantes destas entidades, e que neste trabalho os resultados aparecem como relatos e descrições, se procurou saber quais suas contribuições para o processo de formação das organizações existentes e quais projetos de desenvolvimento social e econômico possuem para que estas organizações possam se desenvolver.

Depois de concluídos os levantamentos de dados e realizada a revisão bibliográfica sobre as formas de organização da agricultura familiar e o meio onde esta se insere, este trabalho tomou a forma de apresentação relatada na seqüência.

1. A AGRICULTURA FAMILIAR

1.1 Formação Histórica da Agricultura Familiar no Brasil

A agricultura familiar no Brasil não pode ser considerada como uma categoria social recente, no entanto, a utilização e abrangência que lhe têm sido atribuída ultimamente, e os aprofundamentos de estudos e pesquisas fundadas em tipologias que as estimulam, através de políticas; uma viabilidade econômica e social diferenciada lhe garante um espaço bem mais notável.

Para descrever o processo de formação da agricultura familiar , tomemos como dados as informações do Manual Agricultura Familiar em Mutirão, organizado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - FETRAF(2003).

Os primeiros habitantes da região sul do Brasil, foram os índios, entre eles o tupi guarani. Os tupis guaranis já tinham o seu autoconsumo assegurado pela agricultura. Não conheciam o arado, mas plantavam em covas abertas no chão utilizando paus pontudos. Suas roças duravam de cinco a seis anos em determinado lugar até esgotarem-se a caça ao redor e a fertilidade do solo, mudando-se então para outro local. Sua alimentação era, então, complementada com produtos extraídos do mato. Desenvolviam a cerâmica, peças variadas com fibra e taquara (cestas) e, com algodão, teciam redes e panos. A relação entre índios e brancos sempre foi marcada por conflitos, culminando a cultura indígena na região, praticamente dizimada pelos brancos.

A ocupação do Sul do Brasil, antes da chamada colonização marcada pelos portugueses, espanhóis e mais tarde os imigrantes , estava ligada aos negros e caboclos na exploração das riquezas naturais, da agricultura do auto-consumo, da

criação do gado, trazendo também a incumbência da conquista do território contra os espanhóis. Até 1822, a posse e o uso da terra no Brasil dava-se através das sesmarias¹.

As primeiras sesmarias que dariam origem às fazendas foram fundadas à margem dos caminhos das tropas de gado vindas do Sul com destino a São Paulo e Minas Gerais. Para ter direito às sesmarias, o futuro proprietário tinha que ter alguma proximidade com o poder e posses. Para as expedições que iam conquistando territórios na região, o comandante, além de autorizar sesmarias, podia repartir pequenos lotes aos povoados pobres.

Esta forma de colonização que deu origem a muitos núcleos de caboclos, população que sucedeu à indígena e miscigenou-se a esta. A literatura resgata a colaboração dos caboclos na formação histórica do Brasil como atores sociais marginalizados, esquecendo-se de sua importância na formação da sociedade brasileira. Entender um pouco a identidade cabocla é necessário, mas não constitui o objetivo principal deste trabalho, portanto será efetuada a discussão de algumas contradições presentes também nos modelos analíticos e nos paradigmas de desenvolvimento hegemônicos, que os estigmatizam² como culpados pelo atraso e pobreza. Telles (1994), citado em Gehlen (1998) faz considerações ilustrativas desta conduta social e cultural excludente. Ao analisar a função de mediação do Direito Civil Brasileiro que se pretende uma cultura pública igualitária e desprovida de privilégios na referência identitária e mensurável da vida social, cria, na realidade

¹ Terra ou região que se encontra abandonada. – Terra inculta que os reis de Portugal davam a sesmeiros para serem cultivadas. Léguas de sesmaria, media agrária igual a 6.000 metros. (Grande enciclopédia Larousse Cultural)

² O estigma visa tornar o processo social excludente e aparentar as diferenças sociais como naturais, invertendo a percepção do real. Responsabiliza os estigmatizados pela sua exclusão, como resultado da incapacidade de adaptação ao meio ou ao trabalho (no caso dos caboclos). Visa, enfim, evitar a negação do modelo social que lhes é estruturalmente excludente.

(...) intersubjetividade regida pelo reconhecimento da alteridade (...) e como expectativa a validação e legitimação de atos, valores, opiniões e aspirações (...) que faz com que a nossa diferença esteja “no fato de sermos uma sociedade que se construiu ao revés do imaginário igualitário fundador dos ‘tempos modernos’ e nem mesmo chegou a garantir o princípio básico da equivalência jurídica que a noção de igualdade supõe. (p.58)”.

Segundo Gehlen (1998), historicamente, o conflito tem sido a única forma de diálogo entre o caboclo e os demais atores coletivos: índios, fazendeiros, colonos, aventureiros e militares. Isto o torna um anti-herói da história oficial, mas, ao mesmo tempo, também um herói que encarna valores que o identitário gaúcho também se apropria: leal, valoroso, bondoso, místico, religioso, respeitador do meio ambiente.

A principal atividade deste grupo foi a agricultura de subsistência, o corte da erva mate e o tropeirismo. Os núcleos caboclos originaram-se basicamente dos lugares destinados aos pousos (pernoite) e da exploração da erva mate no período de trânsito da tropa. Os ciclos econômicos da pecuária, da madeira, da erva mate, da suinocultura e da própria colonização do sul devem muito aos caboclos.

O dia do Colono³ tem como referência o marco inicial da colonização no sul do Brasil, em 25 de julho de 1824, quando alemães chegaram ao Porto da Tebas na Real Feitoria da Linha Cânhamo, às margens do Rio dos Sinos. A Feitoria havia sido desativada e, neste local, os colonos demarcaram seus lotes e iniciaram os trabalhos, denominando-se Colônia Alemã de São Leopoldo, em homenagem ao santo padroeiro da Imperatriz Leopoldina. Com a chegada de outros imigrantes, em

³ Esta designação “colono” é a forma como popularmente são reconhecidos em muitas regiões do sul do Brasil os agricultores que organizam a exploração de pequenas áreas de terra com base no trabalho e gestão familiar, visando produzir excedentes para o mercado, além de garantir a produção para subsistência e, eventualmente, empregar-se em outras atividades, sempre objetivando a reprodução de seu modo de vida.

poucos anos, tomaram conta do Vale do Rio dos Sinos, semeando campos e cidades (FETRAF, 2003).

No mesmo período, formaram-se núcleos em Santa Catarina, no Vale do Itajaí e no sul do Estado e, um pouco mais tarde, no Paraná. A colonização italiana só se iniciaria em 1875 e, em muitos locais, foi fronteira à área alemã, como na região serrana do Rio Grande do Sul.

Desta data até 1950 estima-se que cinco milhões de imigrantes tenham entrado no Brasil, dos quais um milhão e meio de italianos, um milhão e quatrocentos e cinqüenta mil de portugueses, seiscentos mil de espanhóis e duzentos e cinqüenta mil de alemães, além de holandeses, franceses, russos, ucranianos, poloneses, japoneses, entre outros. A maioria destes imigrantes estabeleceu-se como colonos constituindo-se, inicialmente, como uma sociedade inteiramente diversa da nacional (FETRAF, 2003).

No decorrer desse processo, ocorreu grande diversidade nas formas de interagir social, econômica, cultural e politicamente, criando, assim, as condições para uma nova categoria social, hoje chamada agricultores familiares.

1.1.1 Importância sócio-econômica e os desafios da agricultura familiar

Apesar do grande descaso e das poucas iniciativas por parte dos órgãos públicos municipais, estaduais e federais em colaborar, a agricultura familiar tem demonstrado um enorme potencial para permanecer viva e ativa, colocando-se no cenário nacional como um segmento social que quer se fazer ouvir e buscar alternativas criativas para viabilizar um processo de desenvolvimento no país.

Desenvolvimento este que deverá trazer sustentabilidade, segurança

alimentar, respeito ao meio ambiente e cooperação entre as pessoas dos meios rural e urbano.

Os dados do Censo Demográfico e do Censo Agropecuário do IBGE de 1996 (IBGE, 1996) são alguns exemplos que demonstram a importância da agricultura familiar em um contexto social e econômico na região sul; ao contrário da visão que muitos vêm querendo impor à realidade concreta, a agricultura familiar possui uma relevância estratégica dentro de uma proposta de desenvolvimento para o Brasil e por outro lado, apresenta desafios muito grandes a enfrentar.

Em relação a organização dos trabalhadores no País, é preciso reconhecer que a agricultura familiar é muito expressiva em termos de representatividade: os agricultores estão associados a sindicatos, organizados em associações, cooperativas, grupos de produção coletivos, consórcios e condomínios, objetivando somar forças e buscar inserção no mercado para enfrentar as grandes organizações (MDA, 2005).

Segundo dados do IBGE (IBGE, 1996) dos 994 mil estabelecimentos agropecuários do sul do Brasil, 904 mil são do segmento familiar, representando 91% do total e ocupando apenas 44% da área, enquanto os outros 9% ocupam 56% de terra. Neste sentido a região sul do País não foge às características básicas que marcam a estrutura agrária brasileira, concentradora e desigual em sua distribuição, em que 2,84 milhões trabalham em unidades familiares e representam 85% do total dos estabelecimentos.

Ainda, segundo MDA (2005), existe uma falsa idéia de que o segmento patronal é mais produtivo e que a agricultura familiar é atrasada e incapaz de alcançar os mesmos níveis de produtividade. Na safra 1995/96, o Valor Bruto de Produção - VBP - na região sul gerou o equivalente a R\$ 15 bilhões, desse total, R\$

8 bilhões (57%) foram produzidos por estabelecimentos familiares. No País, a agricultura familiar é responsável por 37% do VBP da agricultura, resultando em R\$ 170/ha, enquanto a agricultura patronal produz R\$ 120/ha.

Em termos de produção de alimentos, é possível perceber que diferentemente da monocultura que simboliza a agricultura patronal, como as lavouras de soja, cana-de-açúcar, arroz ou as grandes fazendas de gado de corte, altamente dependentes de insumos externos e não sustentável do ponto de vista social e ambiental, a agricultura familiar representa o sistema de produção diversificada para a subsistência, abastece o mercado interno e, ainda, exporta o alimento do dia-a-dia destacando-se leite, suínos, feijão, milho, trigo, mandioca, fumo, algodão, banana, uva, cebola, laranja, aves e ovos (FETRAF, 2003).

Embora os dados mostrem a grande importância da agricultura familiar para o país, grandes desafios precisam ser enfrentados por este segmento, tanto para poder continuar existindo como para assegurar a demanda alimentar da massa de pobres, desempregados e marginalizados, que cresce como fruto do sistema capitalista aqui existente, em que 10% da população – os mais ricos – têm quase a metade da renda (48% do dinheiro) e os 20% mais pobres têm apenas 2%.

A agricultura familiar está procurando se fortalecer, as formas de associativismo vivenciadas por este segmento estão criando alternativas que possam garantir uma vida mais digna: economicamente, socialmente e ambientalmente, para suas famílias e que garanta um alimento saudável para toda a humanidade. Os agricultores de base familiar mais desinformados e desorganizados necessitam de apoio para mudar sua forma de pensar e buscar soluções em conjunto.

Segundo Jara (1999) as associações de agricultores precisam do apoio do município, pois é na escala local que a mudança toma corpo. O desenvolvimento local sustentável é a contrapartida da globalização insustentável, é a única estratégia que permite visualizar perspectivas concretas de desenvolvimento humano, de segurança e nutricional, de saúde, descobrindo ou despertando as vocações locais e as potencialidades específicas.

(...) Quando falamos em desenvolvimento local sustentável, por conseguinte, estamos falando de agricultores organizados e capacitados, ou seja, dotados de conhecimentos, habilidades e destrezas para que eles mesmos saibam e possam gerenciar e orientar seus assuntos, partindo dos recursos que realmente possuem. Estamos falando de um modelo mais endógeno, autogestionário, participativo, eficiente e mais sustentável do ponto de vista ambiental. Estamos falando de novos espaços de diálogo, de deliberação, de controle (Jará, 1999 p.62).

Segundo Brose (1999) para que o desenvolvimento local deixe de ser uma utopia acadêmica e passe a ser vista como real só é possível de acontecer pela construção da democracia através do efetivo exercício da cidadania. E é no espaço econômico municipal que se vive à democracia palpável, que se constrói a cidadania, é no município que a participação, influência e intervenção nas políticas públicas e na economia é mais imediata, realista.

Deve-se registrar, porém, que o conceito de município é diferente do de prefeitura, que é a instância gestora do município. O papel básico de uma prefeitura é operacionalizar a democracia, através de políticas públicas originadas da diversidade de interesses sociais e econômicos no município. Não se deve esquecer, porém, que a maior parte das ações públicas que influenciam a economia familiar rural são originárias de sistemas decisórios centralizados, formuladas pelos governos federais e estaduais, mas fora do espaço municipal (Brose, 1999).

1.2 Contextualizando a Agricultura no Município de Alegrete

1.2.1 Localização e população rural do município

O município de Alegrete está situado na Fronteira Oeste, região da Campanha do Rio Grande do Sul, com representatividade regional na Metade Sul, com população de 84.337 habitantes, dos quais 9.246, representando 11%, moram no espaço rural, distribuídos em 2.705 estabelecimentos. Alegrete é o maior município em área territorial do estado do Rio Grande do Sul, apresentando 7.808,8 Km², com aproximadamente 731.000 hectares no meio rural (IBGE, 1996).

Devido à expressiva área territorial, possui importância regional e pode ser referência para a construção de novas alternativas ao desenvolvimento agrário da Fronteira Oeste, pois no seu entorno situam-se os municípios de Rosário, Manoel Viana, Itaqui, Quaraí, São Francisco de Assis, Santana do Livramento, Cacequi e Uruguaiana.

Observando-se os dados da Tabela 1, pode-se verificar que o número de unidades produtivas de área inferior a 100 hectares representam 53,13% do total, mas ocupam apenas 6,36 % da área total. Se for considerado que 90% das unidades da faixa compreendida entre 100 a menos de 200 hectares possuem área inferior a 150 hectares, haverá, no município, 1.976 unidades de produção enquadradas neste intervalo, porém ocupando somente cerca de 12 % da área e representando 64 % das unidades.

TABELA 1 – Número de estabelecimentos e área no município de Alegrete – 1996

Classes de área (ha)	Unid.	%	Área dispon. (há)	Área total (%)	Área Méd. p/ unidade (ha)
Menos de 1	37	1,206	17,718	0,002	0,479
De 1 a 2	63	2,053	71,206	0,010	1,130
De 2 a 5	176	5,737	520,254	0,071	2,956
De 5 a 10	192	6,258	1247,631	0,171	6,500
De 10 a 20	289	9,420	3697,440	0,506	12,794
De 20 a 50	463	15,091	13906,450	1,904	30,035
De 50 a 100	410	13,364	26982,867	3,694	65,812
De 100 a 200	385	12,549	49506,485	6,777	128,588
De 200 a 500	510	16,623	133344,450	18,254	261,460
De 500 a 1000	310	10,104	165056,710	22,595	532,441
De 1000 a 2000	161	5,248	174268,040	23,856	1082,41
De 2000 a 5000	68	2,216	141321,340	19,346	2078,25
De 5000 a 10000	04	0,131	20548,100	2,814	5137,02
TOTAL	3068	100,00	730488,69	100,00	238,099

Fonte: IBGE – Censo Agropecuário 1996

1.2.2 Processo de colonização do município de Alegrete

Segundo Trindade (1985) a população que ocupa o espaço rural traz, ainda, na sua origem, os traços étnicos e culturais dos indígenas, primeira sociedade agrária existente que habitou a região. Posteriormente, ocorreu ampla miscigenação com espanhóis, portugueses e negros (escravos do período imperial).

O início do povoamento do município de Alegrete deu-se a partir do século

XIX, com a imigração européia, principalmente de portugueses, que tinham como objetivo a exploração do gado selvagem, a produção de charque e de couro.

A cultura européia, para Filho (1985), teve grande influência na formação da personalidade do homem e das famílias rurais alegretenses, pois, desde o início da formação dos núcleos habitados, os senhores abrigaram os imigrantes europeus, espanhóis e portugueses com suas culturas e dogmas. No início do século passado, outro elemento étnico que colaborou para a formação dos grupos rurais foram os italianos que migraram do norte do Rio Grande do Sul para a região, principalmente para desenvolver o cultivo de arroz irrigado.

1.2.3 Uso do solo e produção agropecuária na agricultura familiar em Alegrete

O município engloba seis zonas agroecológicas definidas com diferentes tipos de solos, que incluem desde solos extremamente rasos, com afloramento de rochas em pontos isolados, cujo material de origem é o basalto, até solos mais profundos do arenito que apresentam algum afloramento rochoso, mas em que predomina a ausência de pedras. Entre esses extremos dos solos na paisagem, são encontradas zonas de várzeas de rios representativos das principais bacias hidrográficas do estado, como a do rio Ibicuí e zonas com relevo acidentado de serra (Silva Neto & Frantz, 2002).

Para Suertegaray (1995) o tipo de solo é um fator limitante para o desenvolvimento da região, estando presentes, no município de Alegrete solos derivados de sedimentos arenosos, muito suscetíveis à degradação por erosão hídrica e/ou eólica. Este problema é agravado pelo manejo inadequado dos solos,

resultando em significativa área com processo elevado de degradação ambiental, formando os Núcleos Arenizados.

Na Fronteira Oeste, a pecuária bovina e ovina ocupa o espaço rural como atividade principal e é explorada de forma extensiva, tanto por grandes como por pequenos proprietários. Estes não possuem área disponível para a viabilização econômica da atividade na forma extensiva, resultando em baixos índices de produtividade. Além disso, estes produtores não dispõem de conhecimento técnico e condições econômicas para conversão à pecuária intensiva.

Adicionalmente, existem unidades de produção periféricas à área urbana do município de Alegrete em que a produção de leite é a atividade principal. O leite é produzido quase em sua totalidade com a utilização de 80 a 85% da área de terra disponível para a atividade, sub-dividida em potreiro de pasto nativo. Esses pecuaristas possuem um alto custo de produção e sobrevivem economicamente por acessarem diretamente aos consumidores com a venda do leite “in natura”, o que ultimamente tem se constituído em um grande problema frente à legislação que veda esta atividade.

A produção de hortifrutigranjeiros é a principal fonte de renda de muitos agricultores no município. Produzem verduras, legumes e frutas com tecnologias convencionais. Muitos estão começando a utilizar corretivos e fertilizantes químicos, fazendo uso pouco freqüente, porém quando o fazem, geralmente, é sem orientação técnica.

1.2.4 As características da agricultura familiar em Alegrete

Ao se fazer um estudo das condições sócio-econômicas e produtivas do espaço rural na metade sul do Rio Grande do Sul e comparando-as com as da metade norte, tanto no que se refere aos dados quantitativos como qualitativos, observa-se um grande contraste. Há diferenças no que diz respeito ao meio físico, à forma de ocupação destes territórios, às matrizes de produção rural, às etnias predominantes, à ocupação de mão de obra por superfície de área, ao valor agregado por superfície de área, ao grau de organização rural e a outros indicadores.

Neto (2006), comparando o sistema agrário da Campanha com o dos Campos de Cima da Serra, relatou que há semelhança na atividade agropecuária tipicamente extensiva e nas unidades de produção, as quais baseiam-se no trabalho assalariado, com a estrutura fundiária bastante concentrada, e apresentando no estado o menor grau de agregação de valor por superfície de área. Essas regiões,

dominadas historicamente pela grande propriedade patronal (ou capitalista), baseada na pecuária extensiva, apresentaram ao longo do século XX um verdadeiro processo de “contra-desenvolvimento” do seu meio rural. Atualmente qualquer iniciativa de promoção do desenvolvimento rural nestas regiões encontra um sério obstáculo na sua densidade demográfica, extremamente baixa. A promoção do desenvolvimento rural nestas regiões, portanto, passa por uma reforma agrária destinada, pelo menos no seu início, principalmente a um aumento substancial da população rural (p.88)

Apesar da maioria dos organismos privados e públicos rurais identificarem a Metade Sul como uma região constituída, do ponto de vista agrário, apenas por grandes propriedades rurais, pesquisas e dados do IBGE apontam que mais de 53% dos estabelecimentos da região da campanha do RS têm até 100 ha e que estão longe de serem identificados como latifúndio, embora suas atividades principais

sejam as mesmas das grandes propriedades: a pecuária de corte extensiva (IBGE, 1996).

Por esse motivo, nos últimos anos alguns autores ousaram classificar o agricultor familiar da região fronteira oeste do Rio Grande do Sul, como “pecuarista familiar”; a utilização deste termo, que é recente e ainda restrita, refere-se a produtores que se dedicam basicamente à pecuária de corte, algumas vezes à criação de ovinos e alguns a pequenas áreas de agricultura. Este termo – pecuarista familiar - não contempla, por uma questão puramente metodológica e por já estarem devidamente enquadrados no conceito de agricultura familiar, os produtores de leite e os assentados de reforma agrária, que são muitas vezes, ao mesmo tempo, pecuaristas e agricultores(Ribeiro, 2003).

Para Luizelli (2001) citado em Ribeiro (2003), a divisão das grandes propriedades por partilha gerou, na metade sul, um tipo de agricultor familiar com características bastante peculiares que se encontra disperso e entremeado às fazendas, praticando, em áreas menores, a mesma atividade e nos mesmos moldes que as das fazendas.

O termo agricultura familiar, nesta região, até poucos anos atrás (2001/2002) era desconhecido ou visto com desprezo por grande parte da população, dos políticos, fazendeiros e, inclusive pelos órgãos públicos de assistência técnica e crédito agrícola. Esta realidade aos poucos está mudando devido às conquistas deste segmento social, que repercutem em dimensões estaduais e nacionais, mas muito pouco, ainda, em termos municipais.

2 – A ORGANIZAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES EM ALEGRETE

2.1 As Formas de Organização da Agricultura Familiar em Alegrete

Percorrendo-se as comunidades rurais do município de Alegrete são encontradas muitas famílias caracterizadas como agricultoras e/ ou pecuaristas familiares. No entanto, poucas estão inseridas em associações, sindicatos, cooperativas e outras formas de associativismo local.

Historicamente, as organizações existentes no município em décadas passadas faziam referência às grandes propriedades, ficando o pequeno agricultor distante, pois ou não produzia o suficiente para participar e, quando o fazia, sentia-se menos valorizado ou não tinha poder de decisão.

Nesse contexto, o agricultor familiar desenvolveu-se como um ser individualista⁴ e sempre esteve em segundo plano perante os órgãos públicos de assistência técnica. O individualismo pode ser compreendido há muito tempo através da forma como os pecuaristas desenvolviam os trabalhos diários em suas propriedades. Para a realização das atividades era exigido um trabalho intensivo, que começava muito cedo e se estendia ao longo do dia, levando o gado pelas estradas de um lugar para outro, e no qual somente os membros da família estavam dispostos a fazê-lo, pois onerava muito contratar mão de obra e nem sempre conseguiam alguém disposto a trabalhar intensamente, portanto não contavam com ajuda de terceiros para o trabalho.

⁴ Que diz respeito ao individualismo. --- Partidário do individualismo. --- Que ou aquele que tem tendência a afirmar sua independência face aos outros (Grande enciclopédia Larousse Cultural)

A percepção desse individualismo é confirmada por Michael Gervais, citado em Wanderley (2001):

Sua linha de conduta não pode ser ditada do exterior. Só ele pode apreciar as circunstâncias que sua ação deverá levar em conta. Ele deve poder a todo o momento modificar os seus projetos, seu programa de trabalho, para enfrentar um fato novo. Ele tem, assim, a necessidade de ser plenamente responsável. Enfim, e sobretudo, ele é o único que pode impor a si mesmo esta terrível disciplina, estes cuidados minuciosos, esta sujeição de todos os instantes. Assim, o individualismo, de que tanto se acusou o camponês artesanal, antes de ser um traço de caráter, era uma necessidade técnica (p. 26)

A atitude individualista dos agricultores/pecuaristas familiares é, portanto, responsável, pelo menos em parte, pela incipiente organização dos agricultores/pecuaristas no município de Alegrete. No entanto, percebe-se que nas poucas formas associativas existentes, os agricultores/pecuaristas familiares mais dispostos a trabalharem unidos encontram muita resistência dentro dos grupos, pois a maioria dos agricultores/pecuaristas, mesmo estando participando de uma organização, não possuem a plena consciência do coletivo, da ajuda mútua, da solidariedade, fazendo da sua organização: associação, cooperativa, apenas um meio de lhes representar melhor perante os consumidores ou a sociedade em que vivem.

Na década de 80 principalmente, as associações de agricultores tiveram um maior crescimento, criando novas e variadas formas de organização, processo que continuou a se expandir na década de 90 até dias atuais (Pinheiro, 2001).

A seguir será relatada a história de formação das organizações de agricultores/pecuaristas familiares que mais se destacaram no município, devido a sua importância social e econômica.

2.1.1 A associação dos pecuaristas e agricultores familiares

Associação dos Pecuaristas e Agricultores Familiares de Alegrete - APAFA - é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, criada em março de 2003 e possui sua sede em Alegrete/RS. A Associação formou-se a partir de um processo de conscientização dos agricultores e pecuaristas familiares de algumas localidades rurais do município de Alegrete e com o apoio de estudantes e técnicos das áreas de ciências rurais.

A constituição da Associação, foi um trabalho difícil e sem apoios institucionais. No início de 2001, um grupo formado por um agrônomo do órgão de extensão rural do estado do Paraná e natural de Alegrete, juntamente com estudantes de Agronomia da Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, RS, começaram a debater sobre o imobilismo da agricultura familiar no município e a falta de incentivos por parte dos órgãos municipais e estaduais. Após conhecer um pouco da realidade da agricultura familiar deste município, buscaram reunir nas comunidades em que havia uma maior concentração desta categoria social, os interessados em discutir os principais problemas coletivos existentes e de que forma estavam sendo solucionados.

Os principais problemas apontados pelos agricultores/pecuaristas foram o alto custo de produção, a falta de assistência técnica, a inexistência de união e organização dos próprios agricultores/pecuaristas em suas comunidades e no município em geral. Outros problemas considerados foram o desconhecimento dos Programas de Crédito Agrícola e a falta de acesso a estes, como também a descrença nos órgãos públicos, tanto municipais quanto estaduais, uma vez que viviam apenas de promessas de melhorias no campo, como acesso à água e à luz elétrica.

Após um ano realizando reuniões com os agricultores/pecuaristas familiares, mobilizá-los e incentivá-los foram conquistas difíceis de estabelecer, pois vários agricultores/pecuaristas não acreditavam mais em reuniões, as experiências obtidas até então de obter apoio só eram promovidas em épocas de eleições por candidatos oportunistas que nunca mais lhes davam retorno; conseguiu-se estabelecer uma certa confiança entre os técnicos, estudantes voluntários e os agricultores/pecuaristas envolvidos com o propósito de que todos os problemas teriam de ser enfrentados pelos agricultores/pecuaristas e as possibilidades de soluções teriam de ser buscadas pelos mesmos, recebendo o apoio dos técnicos.

No início de 2002, agricultores/pecuaristas que se destacaram como lideranças locais, juntamente com os técnicos, decidiram realizar o 1º Encontro Municipal da Agricultura Familiar em Alegrete, o qual contou com o apoio do Governo Estadual que, na época, dava incentivo à agricultura familiar através de programas públicos. Por outro lado, a administração municipal queria impedir o Encontro. O evento aconteceu reunindo em torno de 300 agricultores e pecuaristas familiares do município, que entregaram aos representantes municipais, estaduais e federais uma lista de reivindicações para o desenvolvimento da agricultura familiar no município.

Firmou-se, dessa forma, um processo de conscientização, organização e de luta pelos direitos dos agricultores/pecuaristas familiares até então sem identidade dentro do município. Após dois anos de busca por esclarecimentos, de ter realizado pequenas conquistas como o acesso ao crédito do Pronaf que, até então, era privilégio de poucos e sofrendo pela falta de incentivo e desorganização por parte de órgãos públicos municipais e estaduais, os agricultores/pecuaristas decidiram criar um ator social – a APAFA - que representasse os agricultores e pecuaristas

familiares do município de Alegrete e que, unidos, buscassem soluções e projetos para o enfrentamento das dificuldades do campo.

Contudo a criação da APAFA não foi a solução para todos os problemas. Os objetivos da Associação estavam baseados no desenvolvimento das atividades econômicas de caráter comum entre seus associados: a venda em conjunto da produção agropecuária; a aquisição de produtos de consumo e equipamentos, segundo as necessidades dos associados; a prestação ou a mediação de serviços ao quadro social, em assistência técnica, mecanização agrícola, transporte de insumos, produção e comercialização dos produtos e a promoção de condições para um maior e melhor acesso ao crédito rural oficial, à política agrária, e demais políticas públicas e programas de apoio governamental. Para não sofrer desmobilização, fazer suas conquistas e atingir seus objetivos os agricultores/pecuaristas precisavam estar cada vez mais unidos, o que é muito difícil de ocorrer, principalmente nesta região, onde os órgãos municipais não possuem projetos que incentivem a organização e a união e, sim, realizam trabalhos individualizados, que beneficiam um ou outro agricultor e promovem cada vez mais o individualismo social.

“[...] a prefeitura não dá pra contar, nunca tivemos assistência técnica, pra consegui uma máquina pra fazer o serviço à gente espera meses e ainda não consegue, mas pra fazenda dos grande ela vai, a gente já sabe como que é [...] eu to aqui já faz mais de dez anos e da pra conta numa mão o serviço que consegui deles” (agricultor, 12; em 16.09.2006)

“[...] quando a gente vai nas reunião com o secretario a gente acaba ficando quieto, porque vai dizer o que, a gente sabe que não consegue nada mesmo, então a gente acaba só ouvindo. [...] uma vez fui falar do meu problema e ainda tive que ouvir piadinha [...]”(agricultor, 12; em 16.09.2006)

Um dos pontos mais freqüentemente relatados pelos próprios agricultores/pecuaristas sobre as dificuldades de conquistas e a falta de desenvolvimento da região é a desunião entre eles. Demonstram em seus relatos que teriam muito mais força se todos estivessem juntos na hora de reivindicar e isto é destacado pela maioria que, mesmo tendo essa consciência, pouco consegue fazer para mudar a situação.

“[...] eu acho que os agricultor da APAFA tão que nem os da Feira, muito desunidos, a gente tem que se unir pra conseguir as coisas, parece que todo mundo tem medo. Os pequeno aqui não tem apoio, e quem sustenta o município são os pequenos porque são eles que produz os alimento das pessoas. [...] é a associação que tem que fazer o trabalho de unir as pessoas, não sei como, mas tem que ser” (agricultora, 13; em 17.09.20006)

A APAFA, nestes últimos três anos, tem lutado para manter-se unida, para colocar as políticas públicas ao alcance dos agricultores e pecuaristas. Entretanto, promover as políticas públicas é papel que o sindicato deve executar, de maneira a conseguir projetos que levem, até o agricultor, capacitação, formação e assistência, através dos órgãos federais, mas, que em Alegrete praticamente não o faz. Contudo a APAFA desempenhou um papel fundamental fazendo com que os órgãos públicos locais e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais , comesçassem a se mobilizar e atender, mesmo que minimamente, esta categoria que até poucos anos atrás não era nem sequer reconhecida no município.

2.1.2 A cooperativa dos produtores de leite

A Cooperativa dos Produtores de Leite de Alegrete - COOPROLA - foi criada no ano de 1995, com o objetivo de proporcionar melhores condições aos produtores de leite que vinham enfrentando várias dificuldades para poder sustentar, a si e a sua família, através da venda do leite.

Para entender o processo de organização da COOPROLA é necessário retroceder a algumas décadas passadas. Em 1970 foi criada a União dos Leiteiros de Alegrete - ULA - que produziam e industrializavam o leite para ser consumido no próprio município. Nessa época, o leite era embalado em frascos de vidro, o que mais tarde foi considerado inviável economicamente. Na década de 80 foi criada a Cooperativa Riograndense de Laticínios e Correlatos – COORLAC - e os produtores que ainda permaneciam ligados a ULA tornaram-se associados desta cooperativa, que em 1985 construiu no município uma usina de recebimento e resfriamento do leite e realizava a industrialização em São Gabriel, distante aproximadamente 160 Km de Alegrete.

Apesar disso, os produtores continuavam tendo problemas. A abundante produção de leite, no verão, acabava por não encontrar mercado consumidor, em função da concorrência com outras marcas que vinham de fora, não permitindo a manutenção dos produtores com o preço praticado. Somou-se a isso o custo do frete, uma vez que o leite saía de Alegrete, era industrializado em São Gabriel e retornava para o mercado de Alegrete.

Em 1993, a COORLAC extinguiu-se e os produtores de São Gabriel se organizaram, criaram uma nova cooperativa, assumiram a cooperativa extinta e passaram a comprar o leite dos produtores de Alegrete, os quais não eram mais

associados. Ainda em 1993, após algumas ações judiciais devido a extinção da cooperativa, os funcionários da COORLAC, também organizados em uma cooperativa, manifestaram interesse e obtiveram sua posse. Em Alegrete, houve a desativação do posto de recebimento.

Os produtores de leite voltaram a se organizar em 1995, reunindo cerca de 70 pessoas criaram a atual COOPROLA, que passou a armazenar o leite no antigo posto da COORLAC. Estes assumiram todos os custos da usina, como funcionários e despesas fixas, vendendo o produto para a Indústria Elegê. Entretanto, os problemas continuavam, pois o leite ainda não era industrializado na cidade e a Elegê desempenhava o papel de atravessador, fazendo com que o produtor ficasse com uma margem de lucro muito pequena, o que tornava o processo inviável. Apesar de permanecerem na cooperativa, 50 produtores desistiram de comercializar o leite para esta indústria e voltaram a entregar o leite de porta em porta, mesmo a partir da vigência da portaria que proíbe a venda de leite “in natura”.

Atualmente, o posto que funcionava para recebimento do leite, encontra-se abandonado, uma vez que os associados da COOPROLA não possuem condições financeiras para assumir o local e industrializar o leite produzido. Além disso, a maioria não tem mais este interesse, depois de tantas experiências frustradas, pois não acreditam na viabilidade do empreendimento e se desestruturaram. Desta maneira, hoje em dia, enquanto alguns vendem para a Elegê, a única indústria que compra leite em Alegrete, outros continuam vendendo direto ao consumidor, de casa em casa, entregando o leite de carrocinha, pois encontraram nesta forma de comercializar, mesmo que ilegal, a única alternativa para o sustento de suas famílias.

Hoje a COOPROLA praticamente não funciona mais com o espírito cooperativista, os produtores continuam divididos, 50 produtores vendendo de porta em porta e 20 deles para a Indústria. A direção da COOPROLA defende a idéia de que a cooperativa não pode morrer, pois é a única maneira de ainda fazerem com que o problema do leite volte a ser discutido pelos produtores, pelos órgãos de assistência técnica, pela prefeitura e assim consigam uma solução para a venda ilegal que vêm acontecendo. E enquanto isso, os mercados de Alegrete vendem exclusivamente leite industrializado, do qual quase 100% é produzido fora do município, o que mostra a viabilidade de produção no município.

Os associados acreditam que se, há décadas atrás, os próprios produtores tivessem confiado mais em suas potencialidades, tivessem trabalhado em prol dos interesses coletivos, hoje poderiam ter várias marcas de leite produzidas e industrializadas no próprio município.

Na Tabela 2 é possível observar que houve um considerável incremento no rebanho leiteiro que não foi acompanhado, no mesmo nível, em produtividade. Isto é decorrência de que os agricultores/pecuaristas aumentaram seu rebanho, porém não alteraram sua forma de produzir o leite; o que não trouxe um retorno positivo a produção.

TABELA 2 - Evolução da atividade leiteira em Alegrete.

Ano	1980	2000	2004
Rebanho leiteiro (cabeças)	2914	7484	9406
Produtividade média (litro/vaca/ano)	1004	1099	1098
Produtividade média (litro/vaca/dia)	2,75	3,0	3,0

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente – Vigilância Sanitária (2006)
Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária e EMATER/Alegrete (2006)

Percebe-se, na Tabela 3, que houve um aumento na produção de leite nos dois anos comparados, mas o percentual destinado tanto à indústria como à venda “in natura” praticamente manteve-se estável, variando apenas parte deste, que foi destinado a agroindustrialização caseira, efetuada por agricultores familiares.

TABELA 3 - Produção de Leite e sua distribuição.

Destino do Leite	Litro/dia 2004	%	Litro/dia 2006	%
Elegê alimentos	7386	48,4	10340	55,47
Leite Granja	1860	12,2	-	-
Q-Morango	-	-	800	4,30
Agroindústria caseira	-	-	2000	10,72
Distribuição a domicilio (“in natura”)	3026	19,8	3000	16,09
Distribuição ao comercio (“in natura”)	2997	19,6	2500	13,41
TOTAL	15269	100	18640	100

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde e Meio Ambiente – Vigilância Sanitária (2006)
Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária e EMATER/Alegrete (2006)

O rebanho leiteiro de Alegrete é, hoje, o mais numeroso da região, embora, em virtude da baixa produtividade, seja superado, ainda, em volume de produção, por Uruguaiana, onde a produção está mais concentrada em poucos produtores e com rebanhos mais especializados.

A atividade leiteira passa, no município, por um processo de crescimento horizontal, com o ingresso de novos produtores, mas, principalmente, por um crescimento vertical, através do aumento da produtividade dos rebanhos, pela melhoria no manejo alimentar e investimento em animais geneticamente superiores. (Prefeitura de Alegrete, 2006)

Esta constatação da Prefeitura, deve se referir a alguns poucos produtores de leite, que a própria secretaria da agricultura do município faz a assistência, pois com um olhar mais direto as comunidades e as associações de agricultores/pecuaristas familiares não podem constatar o mesmo, mas sim grandes dificuldades de produção, acompanhadas de alto custo.

2.1.3 A associação dos pequenos produtores de hortifrutigranjeiros

A Associação dos Pequenos Produtores de Hortifrutigranjeiros de Alegrete - APPHA - é uma entidade não governamental, sem fins lucrativos, fundada em 1982, que tem por objetivo a venda de sua própria produção em feiras livres na sede do município de Alegrete.

Esta entidade foi criada através da organização de algumas famílias agricultoras que comercializavam seus produtos em pequenos mercados da cidade. A gestão Municipal na época forneceu apoio e incentivo, oferecendo toda a estrutura para a realização da feira. Inicialmente, a APPHA contava com cerca de

10 famílias produtoras e a feira acontecia em dois pontos da cidade, durante três vezes na semana.

Um dos problemas enfrentados pelos feirantes foi à reduzida produção durante o verão, o que fez com que a maioria abandonasse a Associação, restando apenas as duas famílias que mais produziam hortifrutigranjeiros. Devido a isso, a primeira associação se extinguiu. Com o apoio da Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, os produtores tiveram contato com o sistema de produção em estufas plásticas, e passaram a produzir desta forma, aumentando novamente sua produção.

Os agricultores tiveram, nesse período, o apoio da Igreja Católica, que fazia a divulgação das feiras e disponibilizou o espaço para sua realização, localizado no centro da cidade e, simultaneamente, no salão de uma das igrejas. Após alguns meses, o local de realização das feiras tornou-se indisponível, impelindo os agricultores a se organizar novamente em uma associação para, juntos, conseguirem outro espaço público para ser usado. A partir deste momento, passaram a não contar mais com o apoio da Igreja, que não queria a Associação e sim os agricultores individualizados; alguns agricultores se colocaram ao lado da Igreja, mas a maioria organizou-se e passou a usar o calçadão da cidade para realizar as feiras.

Há dois anos, a Associação foi impedida pela Prefeitura de usar o calçadão para realizar a comercialização, oferecendo um galpão com localização mais distante. Neste período, foram realizadas várias reuniões, pois os agricultores não aceitavam o novo local, argumentando que não conseguiriam sobreviver, pois o mesmo não era apropriado para a venda direta ao consumidor. Entretanto, devido à insistência da Prefeitura, fizeram uma tentativa, por duas semanas, sem alcançar

êxito. A Prefeitura não permitiu o retorno ao calçadão, alocando a feira na praça central, sem oferecer nenhum apoio de estrutura.

A APPHA, hoje constituída por 13 famílias, possui alguns problemas internos, como a ausência de reuniões para debater assuntos pertinentes a todos, como os preços de venda, que não são estipulados pelo grupo, mas com cada feirante determinando o seu próprio preço, baseado nos preços praticados pelos mercados maiores e na qualidade de seus produtos. Outros problemas sérios que atrapalham a boa convivência, a solidariedade entre os agricultores são destacados: alguns feirantes compram os produtos de outros agricultores e os levam para vender na feira, descaracterizando a feira de produtores e, também, alguns aparecem para comercializar somente nas épocas de maior safra e praticam preços aviltantes para vender mais que os outros.

Os agricultores narram, em seus depoimentos, o motivo de não conseguirem resolver os problemas atuais;

“[...] não adianta, o pessoal é desunido, eu nem gosto de ir às reuniões, porque o que a gente fala não é considerado, são sempre alguns que decidem, agora eu vou e não abro minha boca, não adianta, ninguém debate[...]” (agricultora.13; em 16.09.2006)

“ Tem uns que tem uma idéia, pensam assim e não tem jeito de mudar” (agricultor, 11; em 16.09.2006)

Atualmente, os feirantes consideram o local de comercialização inadequado pela exposição ao tempo, ao frio, o que diminui suas vendas. Contudo, em virtude de sua desunião ou falta de participação, não têm forças para reivindicar, junto aos órgãos públicos, um local apropriado.

2.2 O Capital Social como Fator Viável ao Associativismo

O termo capital social é recente na literatura, vem sendo usado pelos divulgadores, como Coleman (1990) e Putnam (1993;1996). Putnam (1993;1996) procura, através de seus trabalhos, explicar os paradoxos de crescimento diferenciado de regiões como o norte da Itália e o Oeste-Americano, entre outras. Para tanto, faz uso de fundamentações racionais da existência do capital social, viabilizado através das organizações coletivas.

O termo capital social traz em si, a noção de que os indivíduos não agem independentemente e seus objetivos não são estabelecidos de maneira isolada e nem egoísta. Neste sentido, as estruturas sociais devem ser vistas como recursos, como um ativo de capital que os indivíduos têm à disposição.

O capital social não é uma característica singular, mas uma variedade de diferentes entidades que possuem duas características em comum: consistem em algum aspecto de uma estrutura social e facilitam algumas ações dos indivíduos que estão no interior desta estrutura (Coleman, *apud* Abramovay, 1999, p.4)

Para haver cooperação é preciso não só confiar nos outros, mas também ter a certeza de que os outros também confiam em ti. Por conseguinte, quando os indivíduos não são capazes de assumir compromissos entre si, têm que abrir mão de muitas oportunidades que poderiam beneficiar a todos.

Com certeza, onde há cooperação voluntária, o associativismo realmente funciona. Isto é mais fácil de ocorrer em uma comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social, observe regras de reciprocidade e ajuda mútua, onde os agricultores ajudam-se uns aos outros, emprestam-se reciprocamente implementos agrícolas e realizam serviços coletivos, o capital social permite a cada agricultor realizar seu trabalho com menos capital físico.

Características específicas do capital social são: confiança, normas e cadeias de relações sociais. O capital social, normalmente, constitui um bem público, ao contrário do capital convencional, em geral, um bem privado. “ Por ser um atributo da estrutura social em que se insere o indivíduo, capital social não é propriedade particular de nenhuma das pessoas que dele se beneficiam “ (Coleman, *apud* Putnam, 1993;1996, p.180)

Analisando as associações de agricultores de Alegrete citadas anteriormente, cabe o questionamento: por quê estas organizações ainda não conseguiram estabelecer uma relação de confiança e normas para alcançarem objetivos comuns maiores? Esta situação é controversa, pois os agricultores reconhecem que somente a união pode produzir estes resultados. As experiências associativas anteriores fracassaram e foram motivados a se individualizarem, mas, mesmo assim, permaneceram reunidos, embora o relacionamento ainda não possua as características do capital social.

3 – ENTIDADES SOCIAIS “APOIADORAS” DA AGRICULTURA FAMILIAR EM ALEGRETE

3.1 Outras Formas de Apoio à Organização dos Agricultores, Será que Elas Desempenharam e Desempenham sua função?

3.1.1 A igreja católica

Através de uma proposta libertadora – a Teologia da Libertação - a Igreja Católica começou a se inserir nos mais diversos movimentos sociais em todo o Brasil. As principais idéias defendidas foram à recuperação do processo histórico e a realidade na qual a Igreja atuava, buscando a libertação das mais variadas formas de opressão, tanto no meio urbano como no rural.

Assim, utilizando-se de trabalhos em grupos de reflexão, ocorreu a multiplicação das Comunidades Eclesiais de Base - CEBs, nas quais o povo foi chamado a participar, a decidir, a acreditar no seu saber e a resolver os problemas que tem de ser enfrentados. A principal característica destas reflexões é a extrema politização do discurso, na tentativa de explicar a situação vivida pelos agricultores, buscando identificar, em todas as situações, aliados e opositores. Uma das conseqüências dessa politização é a procura constante por soluções para lutar contra as estruturas e as práticas políticas identificadas como responsáveis pela manutenção da polarização entre oprimidos e opressores (Pinheiro, 2001).

Em várias comunidades, através dos grupos comunitários, a Igreja, sem dúvida, ainda exerce um papel central. Atrai não só os fiéis, mas congrega atividades culturais e sócio-recreativas; em torno da Igreja estão o salão de festas, o

campo de futebol, a escola. Brandenburg (1999) afirmou que “difícilmente é encontrada uma comunidade sem Igreja. Sua ausência pode ser interpretada como sinal de uma comunidade desintegrada ou em processo desintegração.”

No município de Alegrete, no meio rural, a Igreja Católica não chegou a divulgar e promover os encontros das CEBs, não ocorrendo portanto o debate sobre opositores e oprimidos e, também, não resgatando os principais problemas vivenciados pelos agricultores/pecuaristas para que, junto com a Igreja pudessem encontrar soluções para seus problemas.

Nas comunidades rurais há poucas Igrejas, o motivo, como relata o padre com quem se conversou, é o seguinte:

“[...] não construímos quase Igreja nas comunidades, umas ou outras, pra quê? Se não tem pessoas no campo, quem iria participar? Só os animais [...]” (padre.; em 14.09.2006)

3.1.2 A prefeitura municipal de Alegrete – a secretaria de agricultura

Pela análise genérica do processo de associativismo na agricultura familiar e do trabalho das entidades, tanto governamentais como não governamentais, não é possível deixar de destacar a importância que a Prefeitura, principalmente a Secretaria de Agricultura, desempenham no desenvolvimento dos grupos coletivos.

No município de Alegrete, a Secretaria da Agricultura atua através de Programas como a Patrulha agrícola, Piscicultura, e outros, atendendo a demandas individuais dos agricultores e pecuaristas, disponibilizando assistência técnica. Estes Programas vão ao encontro daqueles agricultores/pecuaristas que procuram a Secretaria. Em alguns casos, a assistência é feita de forma coletiva, como por exemplo, o atendimento prestado à Associação dos Apicultores de Alegrete, que

conta com um funcionário da Prefeitura para trabalhar na industrialização do mel e a grupos de produtores de leite, sendo disponibilizados, em pontos estratégicos no interior do município, resfriadores.

No tocante a projetos e programas de desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul e no Brasil, é importante ter cuidado com o uso do termo assistência técnica. Conforme Brose (1999):

[...] muitos políticos, técnicos[...] ainda acreditam que desenvolvimento é 'realizar obras'. Não é. A parte mais fácil é construir alguma obra ou comprar algum equipamento novo. Depois de construído um posto de saúde, uma escola, um secador de cereais, um açude, ou adquirido uma patrulha mecânica, um resfriador de leite, ou distribuídos milhares de alevinos é que começam os problemas. Quem vai administrar? Como será a gestão? Quem se apropria do lucro? Quem paga pela manutenção? Quem é responsável pela troca de peças? Onde comercializar os produtos? E assim por diante" (pg. 56)

É fundamental reconhecer que implantar a estrutura física ou fornecer recursos ou meios para o desenvolvimento de uma comunidade ou de um grupo é muito diferente de ter motivado e colaborado para que o mesmo consiga se manter unido e, desta maneira, desenvolver seus potenciais e enfrentar unido os problemas que surgirão.

Na atual conjuntura, a Secretaria, em Alegrete, considera que a falta de organização dos agricultores/pecuaristas em grupos coletivos e associações comunitárias dificulta a realização dos trabalhos, porém reconhece que os técnicos não estão preparados para realizar assistência técnica a grupos organizados.

Considerando que o município de Alegrete encontra-se situado na Metade Sul do estado, região reconhecida por sua depauperação econômica, a Prefeitura, através da Secretaria de Agricultura atribui este 'atraso' a inexistência de políticas para o município e região, conforme pode ser constatado no depoimento a seguir:

“Acredito que falta uma política de desenvolvimento para o município e região, uma política tanto do governo municipal, como do estado e federal.[...] é preciso analisar quais são as potencialidades de cada município e traçar uma política de desenvolvimento, e para isto os municípios e órgãos públicos e privados precisam se despir de suas vaidades e sentar e trabalhar juntos[...]”(técnico da secretaria da agricultura de Alegrete, 15; em 22.09.2006)

A Secretaria de Agricultura de Alegrete acredita que o técnico que trabalha junto aos agricultores/pecuaristas desempenha uma tarefa de grande importância para o desenvolvimento da agricultura e pecuária e tem tentado fazer com que os mesmos reconheçam este fato e se capacitem para fazer um verdadeiro trabalho de assistência técnica e de extensão rural.

3.1.3 O sindicato dos trabalhadores rurais

Inicialmente, é necessário esclarecer que o sindicalismo no Brasil já viveu muitas fases, sendo o sindicato, em muitas épocas, proibidos de atuar ou ligados diretamente ao Estado para poder existir.

Segundo a Central Única dos Trabalhadores - CUT - (1999) citado em Bach (2001), com a alta da inflação em 1958, ao mesmo tempo em que ocorreu uma industrialização acelerada, os trabalhadores lutaram contra os baixos salários e o movimento sindical assumiu, novamente, uma linha política.

Com o golpe de 1964, todas as formas de manifestação foram proibidas, lideranças políticas, torturadas e presas e o sindicato passou a exercer uma função meramente de assistência médica, odontológica, jurídica, entre outras; não representando mais o instrumento de luta dos trabalhadores. Recebendo o “apoio” do Estado que objetivava domesticar a ação sindical, os sindicatos recebiam verbas de fundos públicos e, com isso, estruturaram serviços assistenciais à população

rural, a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG foi a única grande organização social que atravessou os anos da ditadura, inserida dentro desse processo de aproximação com o Estado.

A CUT foi criada em 1983 e sempre teve o apoio dos trabalhadores rurais, exemplo disso é que estes sempre ocuparam lugar de destaque na direção da entidade, além de incluir, permanentemente a luta pela reforma agrária entre as bandeiras da Central.

Segundo Favareto e Bittencourt (2001), foi criado em 1988, dentro da CUT, o Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais - DNTR, que ocorreu em um momento de forte abalo na hegemonia da CONTAG. Esse fato pode ser considerado como um declínio no seu papel, devido às aproximações com o Estado e ao distanciamento da CUT devido a não filiação da Confederação e pela rejeição dos princípios de liberdade e autonomia sindical expressos na Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho – OIT - no Congresso de 1985.

Dentre as muitas disputas que ocorreram entre a CONTAG e a CUT, principalmente sobre o aspecto de que aquela deveria estar filiada a esta é que, em 1995, no VI Congresso Nacional, finalmente aconteceu a filiação.

Em 1993, uma decisão foi tomada durante a 1ª Plenária Nacional do DNTR/CUT, de opção pela agricultura familiar como categoria prioritária do sindicalismo rural, o que, mais tarde, veio a ser o motivo de renovação da bandeira de luta da CONTAG, quando da sua filiação à CUT. A partir de então, esse segmento passou a ocupar o centro dos processos de negociação e mobilização (Favareto e Bittencourt, 2001).

Em Alegrete, o surgimento do sindicato representante dos agricultores ocorreu em 1969, através da união de alguns produtores rurais, tornando-se o

Sindicato de Trabalhadores Rurais filiado à Federação dos Trabalhadores da Agricultura – FETAG, e esta, por sua vez, a CONTAG. Desde então, o sindicato passou a oferecer a seus associados assistência médica, odontológica, jurídica, e mais recentemente, convênio com laboratórios, clínicas, encaminhamentos de benefícios a aposentados, programa de troca-troca de sementes e outros insumos.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alegrete, hoje em dia, continua oferecendo os serviços citados anteriormente a seus associados, indicando que ainda não perdeu sua identidade com o período vivido pelo sindicalismo na época da ditadura.

O movimento sindical, ao longo da história dos agricultores, tem sido um dos organismos mais importantes nas conquistas pelos direitos e, também, na introdução de outras políticas que beneficiem a classe trabalhadora rural. No que se refere ao sindicalismo local de Alegrete, percebe-se que o reconhecimento do agricultor familiar como seu principal público, é muito recente. Isto pode ser constatado no breve relato de pessoas ligadas à direção do Sindicato em Alegrete.

“[...] faz mais ou menos 2 anos que se começou a falar em agricultura familiar, até então não se tinha conhecimento aqui, [...] a mídia a propaganda que divulgaram melhor isto. O Sindicato aqui, já faz uns dois anos que vêm fazendo trabalho de levar informações e esclarecimentos aos agricultores sobre os benefícios de estar associado” (componente da diretoria do sindicato,10; em 12.09.2006)

Alguns agricultores sindicalizados acham que o Sindicato têm exercido seu papel, baseando-se na assistência médica e odontológica oferecida. Outros, contudo, há muito tempo não mais contribuem com mensalidades pois não vêem resultados. Ainda, dentro daquilo que consideram que seja o papel do sindicato, julgam que não contribui com o agricultor associado, como se pode observar no

relato do agricultor:

“[...] eu fui lá no Sindicato e pedi que reservassem um saco de adubo pra mim, como eu não tinha dinheiro na hora disse que voltaria na outra semana, quando eu cheguei lá já tinham vendido para outro, por fim fiquei sem o adubo” (agricultor, 16; em 14.08.2006)

No que se refere à função de facilitador das políticas públicas para a agricultura familiar e de incentivador da organização e conscientização da categoria com relação ao sindicalismo pôde-se perceber que o Sindicato vem tentando organizar os jovens através de encontros e palestras. Estes eventos têm o objetivo de aproximá-los do Sindicato e também de conscientizá-los sobre a importância de sua permanência no espaço rural, mas sem usar de ferramentas que, realmente, tenham maior êxito como programas nacionais incentivados pelo governo federal e estímulos ao acesso às políticas públicas.

“[...] O Pronaf agora que está um pouco mais fácil de conseguir fazer, até alguns anos atrás estava mais difícil, a gente faz aqui em parceria com a Emater, nós encaminhamos as Carta de Aptidão e a Emater faz as propostas[...] no programa de habitação rural já tem uns doze que deram o nome para fazer casas novas.” (componente da diretoria do sindicato, 10; em 12.09.2006)

Finalmente, é interessante salientar que a função do Sindicato ainda não está clara para os seus associados, apesar de estar constituído desde 1969, pois a maioria destes destaca a função assistencialista como sendo a única a ser exercida. Outro aspecto importante é que a CONTAG, desde 1995, assumiu como prioridade a agricultura familiar e o Sindicato local reconhece o surgimento de agricultores familiares no município há cerca de dois anos.

3.2 Um Balanço do Processo de Organização em Alegrete

Ao realizar-se um balanço do processo de organização da agricultura/pecuária familiar em Alegrete, é necessário, também, fazê-lo mediante um olhar crítico, porém construtivo, visto que a região possui muita força política e social dos latifundiários, causando a exclusão dos agricultores e pecuaristas familiares.

Observa-se que as associações e a cooperativa de agricultores familiares estudadas, ainda não conseguiram conquistar uma sintonia entre seus associados; as relações pessoais ainda não atingiram um ponto fundamental para a cooperação dar certo: ter confiança mútua. Em conseqüência, privam-se do benefício da colaboração. Esta desconfiança existente está diretamente ligada ao fato de que estabeleceram o individualismo em suas posições sociais e à medida que agem individualmente, passam a confiar apenas em si.

Zamberlan e Froncheti (1992) esclarecem que não são as formas de cooperação em si – mutirões, parcerias, condomínios, associações, cooperativas de produção – e sim as relações que acontecem entre os indivíduos (os indivíduos com a natureza; os indivíduos com a sociedade) no processo de distribuição e da riqueza que constituem a bússola que sinaliza para onde o grupo está indo e qual o projeto de sociedade que busca.

A COOPROLA, assim como a APPHA, por estarem constituídas há mais de dez e vinte anos, respectivamente, já poderiam estar funcionando de maneira organizada. No entanto, isto não ocorreu devido à desunião aliada à falta de apoio dos órgãos governamentais. No período de 1982, data de fundação da APPHA, até a atualidade, houve mudança nos governos municipal, estadual e federal; alguns

apoiadores da agricultura familiar, a maioria não. As últimas décadas foram as que reconheceram e incentivaram esta categoria e o município de Alegrete, por ser considerado de latifundiários, auto-excluía a si de muitas políticas e os poucos agricultores, em sua mínima organização, tampouco fizeram valer sua voz.

A APAFA, criada em 2003, representa a categoria de agricultores familiares numa tentativa de mostrar ao contexto rural do município: agricultores, entidades governamentais e outras que deveriam apoiá-los, que a agricultura familiar está presente no município, que precisa ser organizada, atendida e começar a fazer parte das decisões e estratégias para o desenvolvimento local. Diante das dificuldades que encontra para se fortalecer, já citadas, observa-se que existe também nos seus associados a desunião, o individualismo e a desconfiança. Com estes fatores presentes, o trabalho de associativismo torna-se muito mais difícil de progredir.

No entanto, é muito importante mostrar que, ao longo desses três anos, já houve uma pequena mudança no que se refere ao tratamento dos órgãos públicos para com os agricultores familiares a assistência técnica passou a ser mais direcionada; os agricultores de algumas comunidades começaram a ser chamados para realizar algumas atividades coletivas; foi oferecida capacitação técnica e o crédito agrícola pôde ser acessado.

De um lado têm-se as poucas organizações de agricultores familiares, tentando trabalhar isoladamente, cada qual com seus propósitos, mas com poucas informações e apoios, por outro, aparecem as entidades sociais consideradas genericamente de apoiadoras e organizadoras dos agricultores: Igreja Católica, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Prefeitura Municipal, mas percebe-se que no município ainda estão muito distantes dessa prática.

A Igreja Católica, nem sequer iniciou as CEBs no meio rural, alegando que o

movimento não se aplicava aos agricultores e à realidade rural do município de Alegrete. Ao se percorrer a área rural, poucas Igrejas são encontradas nas comunidades, diferentemente de outras regiões do Estado, onde cada comunidade possui uma Igreja e um salão de festas e quase todas as semanas a comunidade se encontra, propiciando momentos de debates, busca de soluções para os problemas e lazer. Em Alegrete ocorrem, eventualmente, as celebrações crioulas, eventos da Igreja que ocorrem em geral nas grandes propriedades rurais, onde se reúne a família proprietária, os empregados e alguns vizinhos, estabelecendo-se assim, uma falsa relação de amizade entre latifundiários, empregados e agricultores familiares.

Citando, ainda, a Igreja Católica, percebe-se que a mesma não apoiou e ainda não apóia o associativismo. Como citado anteriormente, não apoiou a formação da APPHA. Estas ações permitem ver nas entrelinhas: a Igreja não fez a opção pelos mais injustiçados ou não teve coragem de enfrentar os grandes proprietários de terra, uma vez que estes também não desejam a organização dos agricultores familiares.

Nesse sentido, igualmente o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que optou pela agricultura familiar, evidenciou que, neste município, está apenas agora, nestes dois últimos anos, buscando fazer um trabalho voltado para a categoria, para que esta seja mais ativa dentro do Sindicato. Isto coincide com a época em que a APAFA foi criada, entidade que realiza atividades que poderiam ser funções do Sindicato; demonstrando que a APAFA também foi importante para que o Sindicato começasse a agir localmente, embora muito atrasado.

A Prefeitura Municipal, através da Secretaria de Agricultura, poderia ser a principal motivadora e organizadora dos agricultores familiares, se trabalhasse em conjunto com as demais entidades e o órgão de assistência técnica oficial. Falta, no

entanto, uma política própria; há programas voltados para a categoria, mas estes chegam até os agricultores de forma isolada, com atendimento individualizado, beneficiando, assim, poucos que, por sua vez sozinhos não têm condições de produzir o suficiente para competir no mercado. A Prefeitura possui papel fundamental, mas se encontra equivocada em sua forma de agir, pois não dialoga com as comunidades rurais e não atende às necessidades da maioria, contando com um quadro de técnicos despreparados para organizar os agricultores e realizar trabalhos com agricultores familiares organizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste trabalho, algumas conclusões podem ser destacadas sobre as formas de organização da agricultura familiar em Alegrete.

A área rural do município é predominantemente constituída por agricultura e pecuária familiar, são as bases econômicas do município, possuem fundamental importância para a região e não são reconhecidas como tais.

As organizações de agricultores e pecuaristas familiares existentes até então em Alegrete, ainda não reconhecem suas potencialidades, porém são conscientes de que somente a união entre eles poderá mudar o quadro social e econômico que estão envolvidos e que está os levando para a pobreza; mas ainda não sabem como fazer para que esta mudança ocorra realmente na prática: sabem “o que fazer”, mas não “como fazer”.

Uma mudança social, política e econômica é possível acontecer na agricultura familiar; desde que as entidades que deveriam dar apoio a esta categoria, passem a considerá-la como prioritária e criem juntamente com ela um projeto de desenvolvimento local, que vá ao encontro dos anseios dos agricultores e pecuaristas.

A possibilidade de melhoria de vida e de produção dos agricultores e pecuaristas familiares em Alegrete, está diretamente ligada a capacidade de que cada indivíduo possui de estabelecer relações de coletividade entre os demais; para isto esta categoria passa por uma fase de reconhecimento de sua realidade, de busca por alternativas para os problemas vivenciados e de inclusão social.

A agricultura familiar do município vive, resiste bravamente para se manter no campo, são verdadeiros guerreiros, pois vivem isolados e lutam para manter suas famílias no campo com dignidade. Estão, aos poucos, percebendo que não são únicos e que, ao mesmo tempo fazem parte da categoria que alimenta o país e por não estarem bem organizados, não contribuem com o restante da agricultura familiar do Brasil que luta e acaba por conquistar seus direitos.

Este é um momento muito importante, em que o agricultor precisa começar a pensar que modelo de sociedade pretende construir para seus descendentes. Para tanto esta construção necessita ser um processo educativo, não somente do

agricultor, mas, também, de todos os que têm deveres para com eles: técnicos, políticos, representantes locais, entre outros.

O diálogo é um dos meios de se alcançar a confiança para buscar objetivos comuns e, neste aspecto, os técnicos que trabalham em extensão rural possuem um desafio, preparar-se para dialogar; não apenas para repassar conhecimentos, pois aí não há educação.

Este estudo não pretende afirmar qual caminho deve ser seguido para que a agricultura se desenvolva, mas pretende levar todos os atores citados a uma reflexão sobre suas ações, individuais e coletivas, sobre o que poderão fazer para tomar uma posição e qual será esta.

Faz-se necessário aprofundar estes estudos e realizar outros sobre as relações interpessoais que ocorrem nos vários segmentos do meio rural, estabelecidas como individualistas e desunidas, para poder colaborar no avanço do associativismo.

No decorrer deste trabalho, um fator pode ser destacado: é inútil tentar conscientizar os agricultores que eles precisam se unir, somente por se unirem, até mesmo porque esta consciência já existe. O propósito precisa ser bem maior, necessita ser um trabalho articulado entre os dois lados: agricultores familiares e demais entidades apoiadoras; somente juntos poderão encontrar as soluções para acabar com o atraso do município e região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. O Capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: IV ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA RURAL, 1999, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre:UFRGS, 199,pg.4

ALEGRETE (RS) Prefeitura.Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária. **Subcomissão do Leite** . Alegrete, EMATER, 2006.

BACH, C. L. **A cooperação agrícola como estratégia de reprodução da Agricultura Familiar do oeste Catarinense:** o município de Saudades. 196 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2001.

BRANDENBURG, A. **Agricultura familiar:** ONGs e desenvolvimento sustentável. Alfio Brandenburg: prefácio Maria de Nazareth Baudel Wanderley. Curitiba, Ed. Da UFPR, 1999, p.117.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Agricultura familiar na economia:** Brasil e Rio Grande do Sul. Brasília, 2005, p. 5.

BROSE, M. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas.** Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 1999, p. 56;73.

FAVARETO, A. S; BITTENCOURT,G.L. Agricultura e Sindicalismo nos anos 90 – Notas para um balanço. In: TEDESCO, J. C.(Org.) **Agricultura familiar:** realidades e perspectivas. 3 ed. Passo Fundo, EDIUP, 2001, p. 374.

FETRAF. **Agricultura Familiar em Mutirão.** Manual de Orientação – Setembro de 2003.

FILHO, L. A. **O município de Alegrete.** Porto Alegre, Editora CORAG, 1985, p. 75.

GEHLEN, I. Agricultura familiar de subsistência e comercial: identidade cabocla e inclusão social. In: DUARTE, A.; FERREIRA, D;BRANDENBURG,A. (Org.) **Para pensar:** outra agricultura. Curitiba, Editora da UFPR, 1998,pg 58-59

IBGE. Censo Agropecuário 1996. Disponível em:<[http/ www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 10 set. 2006.

JARA, C. C. Globalização, Desenvolvimento Local e Associativismo. In: NETO, B. (Org.) **Sustentabilidade e Cidadania**: o papel da extensão rural. Porto Alegre, EMATER/RS, 1999, pg. 62

NETO, B. S. Sistemas Agrários e agricultura familiar no Rio Grande do Sul. In: FROELICH, J.M; DIESEL,V.(Org.) **Desenvolvimento Rural**: tendências e debates contemporâneos. Ijuí, Ed. Unijuí, 2006, pg 73-88.

PINHEIRO, D. A agricultura familiar e suas organizações: O caso das Associações de Produtores. In: TEDESCO, J. C.(Org.) **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3 ed. Passo Fundo, EDIUP, 2001, p. 338;345.

PUTNAM, R. **Comunidade e Democracia**: A experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1993/1996, 260 p.

RIBEIRO, C. M. Pecuária Familiar na Região da Campanha do Rio Grande do Sul. In: **Realidade Rural**. Série. Vol.34. Porto Alegre, 2003, p. 19; 25-26.

SILVA NETO, B; FRANTZ, T. R. **Avaliação e Caracterização sócio econômica dos sistemas Agrários do Rio Grande do Sul**. Relatório preliminar, UNIJUÍ, 2001. p.35.

SUERTEGARAY. D.M.A. O Rio Grande do Sul descobre os seus “desertos”. **Ciência e Ambiente**, Santa Maria, n.11, 1995, p.33-52.

TRINDADE, M. J. **Alegrete**: do século XVII ao século XIX. Volume I, Porto Alegre, Ed. Movimento, 1985, p. 98-99.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato Brasileiro. In: TEDESCO. J. C. **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3 ed. Passo Fundo, EDIUP, 2001, p. 26.

ZAMBERLAM, J; FRONCHETI, A . **Cooperação Agrícola**: Melhoria econômica ou novo projeto de vida? Passo Fundo, Berthier, 1992. p. 9.

ANEXOS

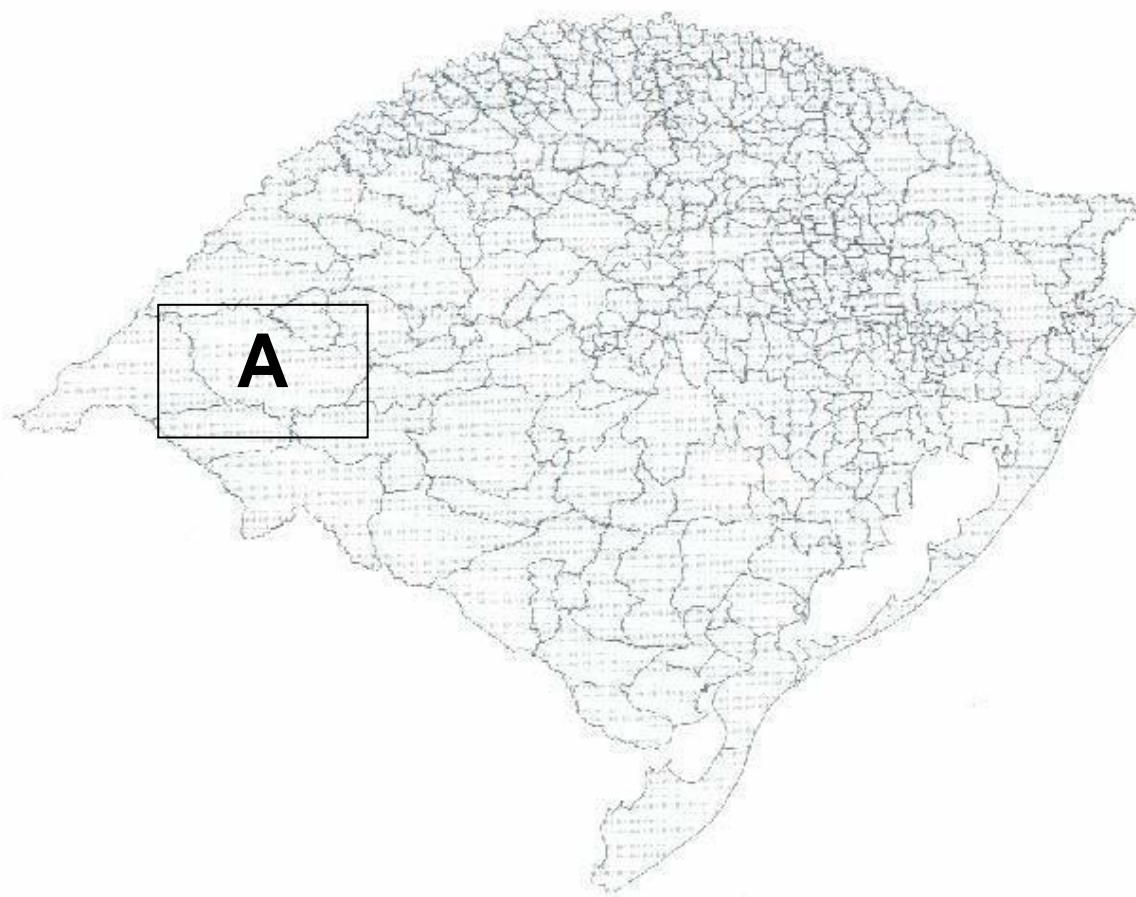
ANEXO 1**Município de Alegrete**

Figura 1 - Mapa do município de Alegrete e divisões municipais

Norte - Itaqui, Manoel Viana e São Francisco de Assis;

Sul - Rosário do Sul, e Quaraí;

Leste - Cacequi e São Vicente do Sul;

Oeste - Uruguaiana.

Mapa – Divisão administrativa do Rio grande do Sul em 1996 (fonte: IBGE, 1998)

ANEXO 2



Figura 2 - reuniões da APAFA nas comunidades rurais

ANEXO 3

Figura 3 - Feira na praça da APPHA

ANEXO 4

Figura 4 - Antigo prédio da COORLAC

ANEXO 5

Questionamentos que orientaram a conversa com os agricultores da APAFA, APPHA E COOPROLA

- 1) Quando e como iniciou esta organização?
- 2) Quais os motivos que levaram a se organizar?
- 3) Quem participa? Quantos?
- 4) Quais os objetivos principais?
- 5) Dificuldades encontradas no início.
- 6) Dificuldades atuais.
- 7) Quem apóia e de que forma?
- 8) Qual o papel da Igreja, Prefeitura e Sindicato? Eles cumprem?
- 9) Quanto à participação dos associados, como ela acontece? Encontram-se satisfeitos?

ANEXO 6

Questionamentos que orientaram a conversa com os representantes da Secretaria da Agricultura no município de Alegrete

- 1) De que forma a Secretaria da Agricultura apóia e incentiva a organização dos Agricultores Familiares?
- 2) Quais as organizações apoiadas pela Secretaria?
- 3) Como vocês percebem o desenvolvimento local, como ele pode acontecer?
- 4) As organizações buscam apoio na Prefeitura Municipal?
- 5) A região fronteira oeste é comparada a região norte e é tida como uma região atrasada, como vocês vêem essa questão?
- 6) Quais os atuais projetos para os agricultores familiares no município?

ANEXO 7

Questionamentos que orientaram a conversa com o representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alegrete – STRs

- 1) Como surgiu o STRs aqui em Alegrete?
- 2) Qual o papel do Sindicato?
- 3) Quais as políticas desenvolvidas pelo Sindicato?
- 4) Em que poderia contribuir mais?
- 5) Quais as dificuldades encontradas?
- 6) Como se dá a relação com os agricultores familiares organizados?
- 7) Se existem, quais os trabalhos realizados junto a Prefeitura, Igreja e demais entidades do município que prestam assistência aos agricultores familiares?

ANEXO 8

Questionamentos que orientaram a conversa com o representante da Igreja Católica no município de Alegrete

- 1) Qual o papel da Igreja na construção de organizações da Agricultura Familiar em Alegrete?
- 2) O movimento da CEBs teve muito êxito em vários lugares do Brasil, como foi aqui em Alegrete, na área rural, principalmente com os agricultores familiares?
- 3) Como a Igreja poderia incentivar mais a organização dos agricultores familiares?
- 4) Se existem, quais os trabalhos realizados junto a Prefeitura, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e demais entidades do município que prestam assistência aos agricultores familiares?
- 5) E regionalmente a Igreja conta com o apoio das demais Igrejas Católicas para promover a união entre os agricultores familiares, de que forma?